

Transferidos os restos mortais do escritor

CMP 1.2.2.183

RIO — Em duas urnas de madeira escura, cobertas com a Bandeira Nacional, os restos mortais do escritor Euclides da Cunha e de seu filho foram transladados ontem do Cemitério São João Batista, no Rio, para São Paulo, e amanhã serão levados para São José do Rio Pardo, no leste paulista, para serem sepultados domingo em mausoléu construído pela Prefeitura.

Os despojos do escritor e de Euclides da Cunha Filho — assassinado ao tentar vingar a morte do pai ocorrida há 73 anos — foram exumados, pela manhã, do mausoléu da ABL e conduzidos em cortejo fúnebre pelas principais ruas do Rio para a sede do Petit Trianon, onde por duas horas houve um velório simbólico e várias homenagens ao autor de "Os Sertões".

As homenagens abriram, oficialmente, as comemorações do 80º aniversário da publicação do mais famoso livro de Euclides da Cunha, organizadas pela Prefeitura de São José do Rio Pardo, onde desde 1910 a memória do escritor vem sendo lembrada e cultuada, principalmente pelo fato de ter sido ali, quando construía sua ponte metálica sobre o rio que dá nome à cidade, que ele escreveu "Os Sertões".

Para o cortejo fúnebre, que saiu do Cemitério São João Batista, foram requisitados batedores e dois carros anfíbios da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada do Exército e em seu roteiro foi incluída uma passagem pela porta do "Jornal do Comércio", onde Euclides publicou vários de seus artigos. Essa foi uma homenagem que a família prestou à Imprensa brasileira, principalmente àquele jornal e ao "Estado de S. Paulo", pois, se Júlio Mesquita não tivesse encomendado a ele a cobertura da Guerra dos Canudos, fatalmente o livro "Os Sertões", não teria sido escrito.

"Os Sertões", às margens do R. Pardo

Quem fez essa revelação foi Joel Tostes, genro do escritor, que, juntamente com sua mulher, Eliete da Cunha Tostes, com a cunhada Norma da Cunha Pova — as duas, assim como Maria Auxiliadora da Costa Lajes são filhas do filho caçula do escritor, Manoel Afonso, já falecido e o único que nasceu em São José do Rio Pardo — e os oito bisnetos participaram de toda a programação, realizada no salão dos poetas românticos da ABL. Documentou a cerimônia uma emissora de televisão alemã, que vai

acompanhar as filmagens de um longa-metragem sobre a expedição que Euclides realizou de São Paulo ao Alto Purus para demarcar as fronteiras do Brasil com o Peru.

O destaque das cerimônias foram os discursos proferidos por Albor Spartaco Artese, representante da "Comissão dos Riopardenses no Rio", que lembrou o carinho que o escritor tinha pela cidade, "o que é retribuído pela comunidade local que sempre cultuou sua memória, ao ponto de manter, em uma redoma de vidro, a cabana onde Euclides da Cunha escreveu "Os Sertões", à margem do Rio Pardo, e pelo acadêmico Josué Montello.

Montello lembrou que as urnas com os restos mortais "de pais e filho juntas representam o ato final de uma tragédia grega que foi, sem dúvida, a vida do grande escritor. Não foi à toa que ele ao se definir, em carta enviada a Coelho Neto, disse que era um misto de Tapuio e Grego. Segundo ainda o acadêmico, Euclides da Cunha, "mais uma vez sob a terra prova que a imortalidade oferecida pela ABL é um fato consumado, mas nesse momento ele deveria estar aqui para, com sua sensibilidade, registrar esse acontecimento, assim como presenciou a morte de Machado de Assis. O grande escritor em sua agonia foi acompanhado por um menino de 11 anos, como se ao morrer ele deixasse seu testemunho para as gerações futuras. E mais tarde soube-se que o menino era Astrogildo Pereira, que foi homem de grandes idéias revolucionárias".

Mantida a liminar sobre a TV Cultura

SÃO PAULO — O desembargador Humberto de Andrade Junqueira, 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, manteve ontem liminar pela qual sustou, no dia 4 deste mês, a execução dos decretos do governador José Maria Marin, que alteraram os estatutos da Fundação Padre Anchieta e dissolveram o seu Conselho Curador. O desembargador disse que as razões apresentadas no recurso interposto pelo chefe do Executivo — "agravo regimental" — não lhe "convenceram do desacerto do despacho recorrido", razão pela qual o mantém.

O "agravo regimental" deverá ser julgado na próxima quarta-feira, pelo plenário do Tribunal de Justiça, integrado pelos 25 desembargadores mais antigos. O plenário poderá cassar ou não a liminar. Posteriormente, o mandato de segurança impetrado pela Fundação Padre Anchieta será julgado quanto ao mérito.